

Campinas, 23 de agosto de 2007.

Exmo. Sr.
Prof. Dr. José Tadeu Jorge
DD Presidente do Cruesp

Senhor Presidente,

Em resposta ao ofício de 09/08/07 do Fórum das Seis, fomos surpreendidos pelo teor do Of. Cruesp nº 011/07, de 15 de agosto de 2007, onde as questões colocadas são respondidas de modo lacônico e superficial, que consideramos não condizente com a qualidade da interlocução que temos mantido no interesse do Sistema Público de Educação Superior do nosso Estado. Não era esse o entendimento vigente nas nossas reuniões anteriores à suspensão das negociações. Gostaríamos de retomar aquele entendimento por compreender que tal Sistema é uma construção social e política absolutamente necessária, e tanto o Fórum das Seis como o Cruesp são protagonistas essenciais nessa construção.

Ao serem suspensas as negociações estava claro que tínhamos um campo importante de debate. Avançamos na perspectiva de aprofundar a discussão sobre a questão salarial. O Fórum das Seis sustentava – e sustenta – que a evolução da receita estadual permite melhorar os salários, avançar na construção de uma política de permanência estudantil e dos custeios das universidades. Pela planilha publicada no *site* da Unesp, o grau de comprometimento com a folha das universidades nos últimos anos nunca esteve tão baixo, em geral 87,28%.

Outra surpresa se deve ao fato de que o Senhor afirmou, ao suspender as negociações, que quatro (4) dias úteis após a desocupação, nossas reuniões seriam retomadas. Passaram-se quase dois (2) meses da desocupação e nem mesmo as reuniões técnicas aconteceram. Se de fato a questão salarial estaria equacionada, porque essas reuniões continuam sem ser realizadas? Se nos reuniremos em outubro (ponto 1 do ofício do Cruesp), porque se marcou a próxima reunião apenas para o dia 21 de setembro, ao invés de dar prosseguimento imediato nas conversações que foram interrompidas em 18/06/07? Porque as reuniões técnicas preparatórias não foram convocadas?

Sobre as políticas de permanência estudantil, causou-nos espécie sua declaração de que serão tratadas “em cada uma das Universidades”. Cabe lembrar que este era exatamente o ponto que iríamos debater no momento de suspensão unilateral da negociação e isso justamente em função do avanço havido nas tratativas dessa questão com o Cruesp e no entendimento alcançado de que esse tema demanda políticas isonômicas nas três Universidades. Evidentemente colocava-se a perspectiva do debate unificado, até mesmo porque a reunião técnica para isto foi feita com todo o Fórum. Também não parece justo alegar que isto não estava na pauta suspensa, pois não havíamos acordado que o item 3 da pauta suspensa seria a questão de não punição a estudantes e trabalhadores que realizaram greve e/ou ocupação? Se este fato não fosse relevante, porque o Cruesp não levantou esta premissa naquele momento?

No que se refere à terceirização, argumentamos que, para construir de fato uma universidade de qualidade socialmente referenciada, a terceirização implica não apenas a perda de pessoal qualificado, bem como torna menos eficientes e mais onerosos os serviços e atividades necessárias. Os trabalhadores da Universidade (docentes e funcionários técnico-administrativos) não podem, sem perda da qualidade do seu trabalho, serem submetidos à turbulência ocasionada por uma "administração gerencial" tão em moda com a reforma do Estado dos anos 90. A Comissão de Isonomia não é o fórum adequado, embora possa cumprir tarefa subsidiária importante. Mas, cabe ao Cruesp e ao Fórum das Seis enfrentar e resolver esta questão.

Sobre o Centro Paula Souza, parece-nos importante resgatar que, não somente já tratamos conjuntamente de questões a ele relacionadas, como o Cruesp já fez gestões em defesa de sua vinculação a UNESP e da necessidade de que os reajustes salariais estabelecidos pelo Cruesp fossem também aplicados naquela instituição. É nossa compreensão que este dever ser pensado como parte indissolúvel do sistema universitário público paulista, não podendo estar submetido aos eventuais interesses de governadores e prefeitos. O Cruesp teria posição diferente desta? Qual seria a justificativa?

Não nos interessa realizar um debate meramente formal sobre o Decreto Declaratório nº 1, mas enfrentar, efetivamente, as questões vitais ali colocadas: a não segmentação do ensino superior, o papel da Fapesp e, por fim, mas não menos importante, elucidar a referência ao sistema privado desse ensino e às chamadas pesquisas operacionais.

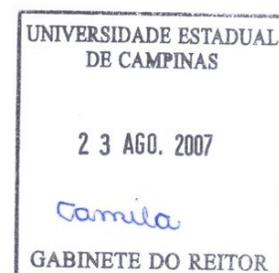
Entendemos, Sr. Presidente, que o que foi declarado no ofício do Cruesp sobre os hospitais universitários, implica em que eles permaneçam na estrutura das Universidades e que devemos aprofundar o debate sobre seu financiamento e sua função.

Concluimos, solicitando uma audiência com a coordenação do Fórum das Seis, que do nosso ponto de vista é absolutamente necessária, para esclarecermos o alcance completo do ofício do Cruesp e retomarmos, de imediato, as negociações em benefício da construção do Sistema Público de Educação Superior no nosso Estado, da comunidade universitária que o torna vivo, atuante, e da sociedade paulista que o sustenta.

Atenciosamente,



Valério José Arantes
Coordenação do Fórum das Seis



C. C. para a Reitora da USP e o Reitor da Unesp, respectivamente.

Camila 128/08/07